

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acrece o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

(Tradução)

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

ORDER

GAD/74/62/21261

Whereas under the Proclamation XXI dated the 22nd March 1962 loans can be granted by Government for the purpose of reconstruction or repair of the houses damaged during the military action of the 18th December 1961, only to persons who are the actual owners of the houses damaged by the action and Whereas most of the poor people are unable to prove their title to the houses owned by them because their ownership is not registered in the Land Registration Office or because such houses are built on the lands belonging to other persons or for other reasons and Whereas due to the aforesaid circumstances those who are deserving are unable to obtain any benefit under the said Proclamation Now Therefore in exercise of the powers conferred by the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, and notwithstanding anything to the contrary contained in any other law for the time being in force in this territory, I hereby order that:

1. Loans under Proclamation XXI may be granted to persons who are unable to prove their title to the house in respect of which the loan is applied for provided that the applicant is ordinarily residing in the house.

2. Loans granted under clause 1 above shall not exceed Rs. 500/-.

3. Applications for loans under clause 1 of this Order shall be accompanied by:

1. A certificate of the Village Patel or any member of the Village Panchayat certifying that the applicant is ordinarily residing in the house in respect of which the loan is applied for.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Portaria

GAD/74/62/21261

Considerando que ao abrigo da Proclamação XXI, de 22 de Março de 1962, o Governo pode conceder empréstimos para os fins de reconstrução ou reparação de casas danificadas durante a acção militar de 18 de Dezembro de 1961, somente a pessoas que sejam proprietárias das casas danificadas pela acção;

Considerando que a maior parte da gente pobre não está em condições de comprovar o seu direito às casas por ela possuídas por o mesmo não estar registado na Conservatória do Registo Predial, ou porque tais casas se acham construídas em terrenos pertencentes a outras pessoas, ou ainda por quaisquer outros motivos;

Considerando, finalmente, que devido as circunstâncias acima referidas aqueles que são merecedores de algum benefício, ao abrigo da referida Proclamação, não o chegam a obter;

No uso das faculdades que me são conferidas ao abrigo de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

1. Poderão ser concedidos empréstimos, ao abrigo da Proclamação XXI, a pessoas que não estejam em condições de comprovar o seu direito de posse às casas, em relação as quais o mesmo empréstimo tenha sido requerido, desde que o requerente normalmente resida nessa casa.

2. Os empréstimos concedidos ao abrigo do artigo 1.º desta portaria, não poderão exceder Rps. 500/-.

3. Os pedidos para empréstimos, ao abrigo do artigo 1.º desta portaria, deverão ser acompanhados de:

1. Certificado do regedor da aldeia ou de qualquer membro do Panchayat Aldeano, a comprovar que o requerente reside normalmente na casa em relação à qual tenha requerido o empréstimo.

2. A bond with two acceptable sureties entered into with the Government to repay the loan to the Government in the manner provided by the said Proclamation XXI.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 13th December, 1962.

ORDER

GAD/74/62/21365

In exercise of the powers conferred by section 3 clause 2 of the Goa, Daman and Diu (Laws) Regulation, 1962, the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu hereby appoints the 27th day of December, 1962 as the date on which the provisions of the Special Police Establishment Act, 1946 and the Prevention of Corruption Act, 1947 shall come into force throughout the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 14th December, 1962.

ORDER

GAD/74/62/21347

Whereas under order No. GAD/74/62/13598 dated the 12th September, 1962 the rents of paddy fields belonging to Comunidades were fixed at 50% of the assessed produce (cálculo) and whereas in view of the aforesaid fact the paddy fields belonging to the «Comunidades» cannot be leased by public auction as is required by the provisions of the «Código das Comunidades» and whereas it is necessary to provide for the manner in which such paddy fields are to be leased.

Now therefore, in exercise of powers conferred by the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962 and notwithstanding anything to the contrary contained in any law for the time being in force in this Territory I hereby order as follows:

1. The clerks of «Comunidades» shall invite applications for the lease of the paddy fields belonging to their respective «Comunidade». The applications shall be invited by the said clerks within five days from the publication of this Order in the Government Gazette, by means of a public notice which shall be published in the Government Gazette and in a local newspaper, if there be any in the Concelho and also affixed on the doors of the office of the Administration of «Comunidades» and of the session hall of the «Comunidade» and on any other public place that the clerk concerned may deem fit. Applications must also be invited by beat of drums.

2. Any notice given under clause 1 of this Order shall mention the names or the numbers of paddy fields to be leased, their location, the rents at which they are proposed to be given on lease, the period of time not less than ten days within which applications must be made, the place where and the authority to whom tenders must be submitted and such other particulars of the paddy fields as the President of the Administrative Committee of the «Comunidade» may determine.

3. Applications for lease mentioned in clause 2 above shall contain all the particulars necessary for

2. Um compromisso com o Governo, garantido por dois fiadores idôneos, para amortizar o empréstimo por forma prevista na citada Proclamação XXI.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 13 de Dezembro de 1962.

Portaria

GAD/74/62/21365

No uso das faculdades conferidas pelo n.º 2 do artigo 3.º de «The Goa, Daman and Diu (Laws) Regulation, 1962», o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, designa o dia 27 de Dezembro de 1962, como sendo a data em que as disposições do «Special Police Establishment Act, 1946» e do «Prevention of Corruption Act, 1947», entrarão em vigor em todo o território da União de Goa, Damão e Diu.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 14 de Dezembro de 1962.

Portaria

GAD/74/62/21347

Considerando que ao abrigo da Portaria n.º GAD/74/62/13598, de 12 de Setembro de 1962, as rendas das várzeas pertencentes às Comunidades foram fixadas em 50 por cento do respectivo cálculo;

Considerando que em vista desta circunstância as várzeas pertencentes às Comunidades não podem ser adjudicadas mediante arrematações públicas em cumprimento do disposto no Código das Comunidades;

Considerando, finalmente, ser necessário providenciar sobre a maneira como tais várzeas devem ser adjudicadas;

No uso das faculdades conferidas ao abrigo de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

1. Os escrivães das Comunidades devem, no prazo de cinco dias contados da data da publicação desta portaria no *Boletim Oficial*, convidar os interessados, mediante aviso publicado no *Boletim Oficial* e em qualquer jornal local, caso haja, no respectivo concelho, e afixado, também, à porta da Administração das Comunidades, e à da casa das sessões da Comunidade, bem assim em qualquer lugar público que o escrivão considere apropriado, a requererem o arrendamento das várzeas pertencentes à respectiva Comunidade. Os interessados devem, também, ser convidados por meio de pregão.

2. Em todo o aviso, expedido ao abrigo do artigo 1.º desta portaria, deve mencionar-se os nomes ou os números das várzeas a serem arrendadas, a sua localização, as rendas por que devem ser arrendadas, o prazo (não inferior a 10 dias) dentro do qual os pedidos devem ser apresentados, o local, e autoridade a quem tais pedidos devem ser submetidos, e quaisquer outros pormenores que o presidente da junta administrativa da Comunidade determinar.

3. Os pedidos para o arrendamento das várzeas, a que se refere o artigo 2.º acima, devem conter todos os pormenores necessários para o apuramento do

the classification of the preferential right of the applicant under clause 4 of this Order.

4. The Administrative Committee of «Comunidades» (Junta Administrativa das Comunidades) shall, within five days from the expiry of the period of time for filing applications, proceed to allot the plots in the following order of preference:

- a) Those who have been tenants during any of the three previous years.
- b) Relatives of those mentioned in (a) above. In this group the closer relatives will be preferred to the remoter ones.
- c) Persons residing in the village where the plot to be leased is situated, at least during the one year preceding the date on which the field is to be allotted. In this group, preference will be given to those who have the least number of paddy fields under their cultivation and to those who have the highest number of dependents.
- d) Those who reside outside the village where the paddy fields to be leased are situated in the order prescribed in the last preceding sub-clause.

5. After the allotment of the paddy field is done in the manner provided in clause 4 above, the allotment shall be announced by edicts affixed on the door of the sessions hall of the «Comunidade». The edicts must also call upon the allottees to execute a bond as provided in the «Codigo das Comunidades». Failure to execute the bond shall be punishable with fine not exceeding Rs. 50/-.

6. If no applications are received within the time prescribed the Administrative Committee of the «Comunidade», shall, with the consent of the Administrator of «Comunidades», decrease the rent of the paddy fields to be leased and proceed to allot them in the manner hereinbefore provided.

Provided that any person offering to pay a rent higher than the price mentioned in the second notice issued in accordance with the provisions of clause 1 above, but not exceeding 50% of the rent assessed (calculo) shall have a preferential right over the other applicants and in case there are two such persons in identical conditions then the plot will be allotted according to the rules of preference laid down in clause 4 above.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 18th December, 1962.

ORDER

GAD/74/62/21458

In exercise of the powers conferred by section 3 clause 2 of the Goa, Daman and Diu (Laws) Regulation, 1962, the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu hereby appoints the 27th day of December, 1962 as the date on which the provisions of the Territorial Army Act, 1948 shall come into force throughout the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 22nd December, 1962.

direito de preferência do requerente, ao abrigo do artigo 4.º desta portaria.

4. A junta administrativa das Comunidades deve, dentro do prazo de cinco dias, após o termo do prazo para a entrega dos pedidos, proceder à adjudicação dos lotes, pela seguinte ordem de preferência:

- a) Aqueles que tenham sido arrendatários em um dos três anos anteriores;
- b) Aos parentes daqueles a que se refere a alínea a) acima. Neste grupo, os parentes mais próximos terão preferência sobre os mais afastados;
- c) As pessoas que tenham residido na aldeia onde fique situada a várzea a ser arrendada, ao menos durante o ano imediatamente anterior a data em que se pretende arrendar a várzea. Neste grupo, terão preferência os que cultivem o menor número de várzeas e os que tenham o maior número de pessoas a seu cargo;
- d) Aqueles que residam fora da aldeia em que fiquem situadas as várzeas a serem arrendadas, segundo a ordem de preferência indicada na alínea c) acima.

5. Após ter sido feita a adjudicação das várzeas, de conformidade com o disposto no artigo 4.º acima, a mesma será anunciada mediante editais afixados à porta da casa das sessões da Comunidade. Nos editais devem ser citados os arrendatários para assinarem o respectivo termo de arrendamento, de acordo com o disposto no Código das Comunidades. A falta da assinatura do termo de arrendamento sujeitará o arrendatário a uma multa não excedente a Rps. 50/-.

6. No caso de não se receber nenhum pedido dentro do prazo estabelecido, a junta administrativa da Comunidade deverá, com a autorização do administrador das Comunidades, diminuir a renda das várzeas a serem arrendadas e proceder à sua adjudicação da maneira acima indicada.

Qualquer pessoa que ofereça renda superior à estabelecida no segundo aviso, expedido de harmonia com o disposto no artigo 1.º desta portaria, mas não excedente a 50 por cento do cálculo, terá direito de preferência sobre os demais pretendentes. No caso de haver duas pessoas em condições idênticas, o lote será adjudicado de harmonia com as condições de preferência estabelecidas no artigo 4.º acima.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 18 de Dezembro de 1962.

Portaria

GAD/74/62/21458

No uso das faculdades conferidas pelo n.º 2 do artigo 3.º de «The Goa, Daman and Diu (Laws) Regulation, 1962», o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, designa o dia 27 de Dezembro de 1962, como sendo a data em que as disposições do «Territorial Army Act, 1948», entrarão em vigor em todo o território da União de Goa, Damão e Diu.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 22 de Dezembro de 1962.